

RESENHA: UMA NOVA INCURSÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO DA CIDADANIA

Mario Teixeira Sá Junior

Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados no curso de Relações Internacionais.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi, (orgs.). *A história da cidadania*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

O livro *História da Cidadania* tem o mérito de partir de uma nova abordagem para a compreensão da temática. Organizado por Jaime e Carla Pinsky é o resultado de um amplo debate de intelectuais de escolas e pensamentos diversos que, em comum, trazem a preocupação de apresentar uma discussão histórica a partir de uma abordagem contemporânea. Nela, o Brasil e o cenário internacional servem de base para uma releitura da história da Cidadania.

O livro é apresentado dividido em quatro momentos básicos: a pré-história da Cidadania, os alicerces da Cidadania, o desenvolvimento da Cidadania e a Cidadania no Brasil. O mérito desse trabalho é que ele não fica restrito aos espaços históricos visitados por trabalhos clássicos no que diz respeito aos elementos constitutivos da Cidadania na atualidade. A origem da discussão parte de questões contemporâneas como direitos sociais, mulheres, minorias, liberdade de expressão e meio ambiente e temáticas brasileiras como índios, quilombos, trabalhadores, brasileiras, democracia e voto, Cidadania ambiental e terceiro setor.

Tendo por norte essas questões os autores das três primeiras partes do livro buscam realizar uma releitura histórica sobre a construção da Cidadania. Aqui reside o seu mérito principal: o olhar sobre o processo histórico procura enfatizar acontecimentos e agentes que antes eram desprezados ou apareciam de forma muito discreta nas produções sobre o tema. A Cidadania deixa de ser pensada a partir de uma visão restrita de cidadão enquanto alguém que fica restrito a fazer parte de uma órbita de um estado nacional ou, de suas variações históricas, como a de Estado-Nação. A Cidadania e o cidadão aqui apresentados rompem com esse modelo de abordagem.

Essa ruptura permite construir uma história privilegiando vetores antes desprezados por outras análises. E, indo além, relativizar momentos que eram tratados como fundadores da noção de Cidadania na atualidade. Em relação aos novos vetores os autores da primeira parte, a pré-história da Cidadania, chamam a atenção para elementos como o papel da religião hebraica na construção da ética, elemento fundamental na construção do conceito e das expectativas das sociedades atuais para o papel da Cidadania. De um deus guerreiro, característico das sociedades ocidentais anteriores à religião hebraica, para um deus cidadão, pautada em um novo pacto, expresso na Lei das Tábuas.

Do período da chamada História Antiga Grécia e Roma são visitadas de forma mais plural que o costumeiro. As discussões propostas relativizam o peso excessivo do papel da polis de Atenas na construção da Cidadania, cantada em versos e prosa pela historiografia tradicional. O mesmo se dá em relação ao papel atribuído à Roma na construção do conceito de República. Para além das críticas a essas análises, os autores levam o leitor a novas reflexões. Uma delas a de perceber os espaços dos circos romanos para além de uma política assistencialista de «pão e circo», percebendo um espaço de exercício de Cidadania direta quando das consultas feitas ao público presente aos eventos sobre a vida ou morte dos participantes de lutas nessas arenas.

Outra análise bastante original é a aplicada sobre o papel do cristianismo na construção dos alicerces da Cidadania moderna. Segundo o autor do capítulo o cristianismo teria obtido sucesso em sua implantação e prodigioso crescimento não pelos motivos tradicionalmente atribuídos como o martírio, a santidade, os milagres e a evangelização. Mais profícuo que os apresentados para o sucesso do Cristianismo estaria o papel de instituição agregadora, formadora de rede associativa entre populações marginalizadas. Esse papel de inclusão serve de base, ainda hoje, na discussão de uma Cidadania plena para além de direitos políticos.

Para não cansar o leitor passemos à segunda parte do livro, alicerces da Cidadania. Repetindo a metodologia apresentada na primeira parte os autores apresentam versos até então não contempladas nas análises anteriores. Duas abordagens merecem destaque. A primeira que a que trata das Revoluções Inglesas e, em especial da Revolução Puritana. Nela o autor busca apresentar grupos não contemplados, de forma significativa, na historiografia sobre o tema. Nessa abordagem são privilegiados grupos como os niveladores (*levellers*) e os cavadores (*diggers*)

que buscavam apresentar soluções para a Inglaterra não presentes na proposta vitoriosa puritana. A segunda, sintonizada com a primeira, está relacionada à leitura sobre o processo, ou processos, revolucionários na França que culminaram no quatorze de julho de 1789. Mais que celebrar o histórico documento produzido nesse contexto, A Declaração dos Direitos do Homem, são levantados os limites que o mesmo provocaram nos campos dos direitos.

Quer chamando a atenção para os personagens ausentes na historiografia oficial, quer apontando o limite do caráter das Revoluções burguesas no que diz respeito à construção do conceito de Cidadania, os autores acaba por apresentar uma história bem mais plural, com propostas surgidas da base para o topo da sociedade. Nela diferentes grupos, p. ex: religiosos, sociais, de gênero, apresentam propostas que percebem «o mundo de ponta-cabeça».

A partir dessa percepção mais plural de agentes históricos, os capítulos seguem nas partes três – o desenvolvimento da Cidadania – e quatro – Cidadania no Brasil -, demonstrando que aquilo que a princípio parecia elementos surgidos apenas a partir da metade do século XX, faz parte de toda a história, mas que ficaram fora de sua memória, relegadas ao esquecimento. A teia histórica passa a apresentar um processo que apresenta muitas das demandas atuais – classe, gênero, religião etc. – no cenário histórico como vetores da formação do conceito de Cidadania. Não são elementos que não estavam contidos nas discussões que engendram esse conceito, mas sim que não tinham sido privilegiadas nos recortes históricos anteriormente feitos.

O resultado é a percepção das questões contemporâneas às discussões de Cidadania muito mais presente ao longo da formação do processo histórico do chamado mundo ocidental. Vale a pena pensar Cidadania sob esse olhar. Boa leitura.

Data Recebimento: 30 de agosto

Data Aceite: 30 de setembro